
Em Brasília, 24 horas...
Cartografia da Radiodifusão Pública via satélite em Natal/RN¹

Ciro José Peixoto PEDROZA²
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Busca esse artigo contribuir para o estudo da radiodifusão pública no Rio Grande do Norte, a partir da cartografia de duas emissoras desse campo, a *Senado-FM* e *Marinha-FM*, que retransmitem suas programações para Natal, via satélite, desde Brasília. A Rádio Senado de Natal (106,9 FM) foi a primeira das dez retransmissoras que hoje formam a Rede Senado de Rádio a operar. A capital do Rio Grande do Norte também é a única cidade do nordeste que retransmite o sinal da emissora da Marinha do Brasil. Não bastasse essa motivação para escolha desse objeto de estudo, há que se refletir, também, sobre o caráter público dessas emissoras e sua semelhança com as rádios corporativas mantidas por empresas, marcas ou produtos.

Palavras-chave

Radiodifusão Pública; Rádio via satélite; Rádio Senado-FM; Rádio Marinha-FM; Natal/RN

Introdução

A trilha sonora que embala o dia-a-dia do salão de beleza frequentado por rostos conhecidos da coluna social, na capital do Rio Grande do Norte, é de excelente qualidade. Veicula o melhor da música brasileira, não se ouvem locutores se esgoelando para anunciar as promoções do comércio ou desfiando seus rosários de besteiras. Entre uma tesourada e outra, o cabeleleiro-ouvinte elogia: “é a *Rádio Marinha!*... é boa demais!... Toca música boa o tempo todo e nem tem propaganda. Eu não sei como é que eles se sustentam. Dia desses eles fecham...” (FONTES, 2016).

(Giro no dial)

Em outra situação, um jovem universitário que passa férias de verão em Natal se surpreende com a programação da *Rádio Senado*. Elogia a qualidade da música e estranha que naquela sexta-feira, dia em que os senadores estão longe de Brasília, a

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Estudos da Linguagem (UFRN), com pesquisa sobre Radiodifusão Pública em Natal/RN. Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP), jornalista e radialista, tem Especialização em Telejornalismo (ECA-USP/TV Globo-São Paulo) e participou do Curso de Capacitação de Capacitadores, no Centro de Formação Radiofônica da Deutsche Welle (Colônia-Alemanha). E-mail: ciropedroza@uol.com.br

emissora oficial do Senado Federal não transmita os discursos do plenário ou os debates nas comissões, por pura falta de quorum. O universitário-ouvinte questiona a necessidade de uma emissora como aquela: “por que eles mantêm uma rádio? Investem para que?”... (PEIXOTO, 2016).

(Novo giro no dial)

As duas ilustrações sugerem algumas das questões que inquietam o pesquisador na construção desse artigo e em sua pesquisa de doutoramento sobre Radiodifusão Pública no Rio Grande do Norte. Nem o cabeleiro, nem o estudante sabem, por exemplo, que o funcionamento daquelas duas emissoras custa caro e que esse alto investimento é custeado com dinheiro público. Talvez eles, também, não saibam que essas rádios trabalham durante 24 horas por dia para construir uma imagem positiva das instituições as quais estão vinculadas? Ou, ainda, que a *Rádio Senado* opera em Brasília, desde 1997, e retransmite sua programação, via satélite, para outras dez capitais e que Natal foi a primeira cidade fora da capital do país a ganhar uma retransmissora da *Senado-FM* (106,9 FM), em 2008. Muitos menos que a capital do Rio Grande do Norte também é a única cidade do nordeste que retransmite, desde fevereiro de 2013, a programação da *Rádio Marinha (101,1 FM)*³, composta de música brasileira e internacional dançante, noticiário “giletado” dos jornais e portais na internet, informes sobre as atividades da instituição e de uma plástica sonora inspirada em temas e sons típicos da navegação.

A inquietação do cabeleiro-ouvinte quanto ao financiamento das transmissões da *Rádio Marinha* demonstra o quanto o grande público desconhece outros modelos de emissora que não aquele criado nos Estados Unidos e adotado no Brasil, em 1932, que mantido pela venda de tempo durante sua programação para que as empresas comerciais anunciem suas marcas e seus produtos. Já o estudante-ouvinte nos alerta para um outro aspecto importante nesse debate: a (des)necessidade de um poder da República usar dinheiro público para se promover. Das observações desses dois ouvintes nasceram as primeiras anotações presentes nesse artigo, esboço de um projeto maior, que é a construção de uma cartografia da radiodifusão pública em Natal⁴, a partir da

³ www.tribunadonorte.com.br/noticia/marinha-inaugura-hoje-radio-fm-em-natal/242677

⁴ Além das rádios Senado e Marinha, há uma terceira emissora do campo público operando em Natal, a Universitária-FM (88,9 FM), vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que transmite programação própria desde dezembro de 2000.

recuperação da história vivida pelo próprio pesquisador, em sua trajetória profissional como radialista, iniciada em 1978, e como observador e estudioso da cena radiofônica natalense.

A escolha da *Senado-FM* e da *Rádio Marinha* como recorte para essa reflexão se deu, inicialmente, pelas semelhanças existentes entre elas: a origem de suas transmissões (Brasília), o modelo de operação (rede), a tecnologia empregada para retransmitir suas programações (via satélite), o tom oficial de suas transmissões (noticiário *chapa branca*), a vinculação dessas rádios com instituições ligadas ao Estado (uma ao Poder Legislativo e outra, ao Ministério da Defesa/Marinha do Brasil) e, por último, o descolamento quase que completo de suas programações com a vida local das cidades onde estão instaladas suas retransmissoras.

Muito ainda há o que se incluir nesse mapa sobre a Radiodifusão Pública em Natal. Esses são apenas os primeiros rabiscos de uma obra em construção. E assim como Martín-Barbero, acreditamos que o ofício do cartógrafo se presta “não só para representar fronteiras”, mas, também, a “construir imagens das relações e dos entrelaçamentos, dos caminhos em fuga e dos labirintos.” (2004, p.12). Esperamos que outras vozes e novos olhares acrescentem suas contribuições nessa obra e que muitas das informações e reflexões aqui reunidas sejam aprofundadas ao longo da empreitada, cujo destino final é a escritura de uma tese que se propõe a demonstrar a necessidade de se ter a programação das emissoras do campo público no dial de nossos receptores, balizando um mercado dominado pela visão meramente mercadológica das empresas de radiodifusão. *Alea jacta est...*

1938/2017: E assim passam os anos...

A radiodifusão no Rio Grande do Norte nasceu clandestina, no ano de 1938, três anos antes da instalação da primeira emissora oficial. Como historia Gumercindo Saraiva (1983), um grupo de mecânicos do Melhoramento do Porto de Natal, isolados numa pequena caixa de compensado que servia de estúdio, fez as primeiras transmissões de rádio em Natal, sob o comando do compositor Pedro Machado e dos comerciantes Carlos Lamas e Carlos Farache, utilizando-se de uma pequena galena instalada na casa do seresteiro Porfírio Ferreira da Rocha, na rua Presidente Passos, 546, na Cidade Alta. Essa infância do nosso rádio pioneiro, no entanto, foi interrompida

abruptamente, dias depois, pelo Departamento dos Correios, órgão responsável pela fiscalização e repressão desse tipo de atividade.

E enquanto o rádio não chegava, as únicas transmissões ouvidas na capital do Rio Grande do Norte saíam das bocas de ferro do serviço de alto-falantes do *Indicador da Agência Pernambucana*, criado pelo comerciante Luiz Romão, em 1938, que reproduzia discos e saudava as pessoas da sociedade, na voz de Francisco Bulhões (MOURA JUNIOR, 1998) e poderiam ser ouvidas em várias regiões da pequena cidade. Durante a Segunda Guerra Mundial, centenas de pessoas se reuniam em torno dos alto-falantes da *Agência Pernambucana* para ouvir os boletins sobre o conflito transmitidos pela BBC de Londres e pela Voz da América (SEVERO NETO, 1980).

Mesmo com a frustração dessa primeira tentativa, o sonho de trazer a radiodifusão para Natal continuou vivo. Alguns daqueles que participaram daquela experiência pioneira, como Carlos Lamas e Carlos Farache, juntaram-se a novos parceiros e fundaram a *Rádio Educadora de Natal (REN)* com o objetivo de pleitear, junto ao Ministério de Obras e Viação (órgão responsável pelas concessões radiofônicas na época) uma autorização para instalação de uma emissora. O sinal verde do governo ocorreu em maio de 1941 e a primeira transmissão da REN foi feita no dia 29 de novembro daquele ano, com a leitura de uma Ave Maria escrita por Luís da Câmara Cascudo, pelo locutor Genar Wanderley (GOMES E DUARTE, 2016). Inicialmente, as irradiações da REN se limitavam a três horários: das 8 às 11h, das 13 às 15h e das 18 às 22h. Segundo Moacir Barbosa (2010), o super aquecimento dos transmissores não permitia mais que isso.

Em fevereiro de 1944, a *REN* mudou de nome e de mãos. O empresário Assis Chateaubriand (1892-1968) adquiriu o controle da emissora e a incorporou aos *Diários e Rádios Associados*, com o nome de *Rádio Poti*, em um episódio até agora pouco explicado⁵. Depois da *Poti*, se seguiram a instalação de outras emissoras: *Nordeste* (1954), *Cabugi* (1954), *Emissora de Educação Rural de Natal* (1958), *Trairy* (1960).

⁵ Adisia Sá (2013) nos dá pistas de que a estratégia utilizada por Chateaubriand em Natal foi a mesma tentada por ele em Fortaleza, quando assumiu o controle da *Ceará Rádio Clube*, do empresário João Dummar, que tinha como traço em comum com um dos controladores da emissora pioneira de Natal, o fato de não ser brasileiro nato. Dummar era sírio e Carlos Lamas era chileno de nascimento. Aproveitando-se do clima de guerra, Chatô aterrorizava os proprietários de emissoras e jornais nascidos no estrangeiro e se apossava de suas empresas a preços simbólicos, pagos em módicas prestações mensais.

Após 20 anos de estagnação, o mercado de rádio em Natal voltou a se aquecer com a instalação de emissoras. A primeira emissora a ocupar espaço no dial do FM foi a *Natal Reis Magos FM Estéreo (96,7 FM)*, em 1981. Aos poucos, outras emissoras foram dividindo o espaço com a pioneira: a *Rádio FM Cidade do Sol (94,3 FM)*, a *FM-Tropical (103,9 FM)*, hoje *Mix-FM*, vinculada à Rede Tropical de Comunicação, a *Paraíso (102,9 FM)*, vinculada à Rede Transamérica (PEDROZA, 2001), entre outras. Em 1988, Natal ganhou sua primeira e única emissora de AM estéreo, a *Rádio Eldorado (1330 KHz)*.

Atenção, rede!...

Os radiodifusores de Natal sempre alimentaram uma certa atração pelas redes nacionais. O primeiro registro de transmissão regular em cadeia de rádio registrada no Rio Grande do Norte, exceção feita à longeva *A Voz do Brasil*, nasceu da parceria entre a *Rádio Cabugi (640 KHz)* e a Rede Bandeirantes de Rádio, de São Paulo, com a retransmissão do jornal *Primeira Hora*, na década de 1980. Nessa mesma época, a *Rádio Nordeste (900KHz)* substituiu sua produção própria pela programação enlatada da Rede L&C⁶, produzida pela Rádio América de São Paulo e compartilhada com várias emissoras do país. Nesse período, as três *Emissoras de Educação Rural* de Natal, Mossoró e Caicó passaram a transmitir em rede o seu Jornal Regional, interligadas por linhas telefônicas, com a participação simultânea de locutores e comentaristas das três emissoras,.

Quando nasceram nos Estados Unidos, em 1926, por iniciativa da *Radio Corporation of América (RCA)*, que reuniu dezenas de emissoras afiliadas à pioneira *NBC* (STRAUBHAAR e LaROSE, 2004), as redes de rádio se sustentavam no binômio economia de escala/criação de mercados nacionais de propaganda, o que permitia o rateio dos custos de produção de programas mais caros, inacessíveis às pequenas emissoras locais. Durante a Segunda Guerra Mundial, o rádio se fortaleceu, sobretudo pela agilidade com que transmitia as informações do front e por sua linguagem, que lhe permitia imprimir uma carga dramática extra ao noticiário (STRAUBHAAR e LaROSE,

⁶ Criada em 1969 por Luiz Casalli, começou a operar como rede em 1982 e é considerada a pioneira na produção de programação integrada” (ORTRIWANO, 1985, p.25). A Rede L&C a rede assessorava as emissoras nas áreas de marketing e comercialização e compartilhava a programação veiculada originalmente na *Rádio América*, em São Paulo e distribuídos para 150 emissoras em todo país em fitas cassete, via malote postal, como relatou Franklin Machado (2017), que gerenciou a programação da rádio Nordeste, afiliada da rede.

2004). Além disso, as transmissões radiofônicas se revelaram uma arma bastante eficaz na guerra travada pelas máquinas de propaganda dos Aliados e das nações do Eixo (HALE, 1979).

No Brasil, a primeira notícia que se tem sobre a formação de uma rede nacional de emissoras de rádio para a transmissão de uma mesma programação foi a Cadeia Verde-Amarela, criada pelas em estações da família Byington⁷, em 1938, para transmitir os jogos da Copa do Mundo de Futebol na França. Finda a disputa, a rede se desfez, apesar do desejo de seus criadores em continuar no ar, operando nos mesmos moldes das redes norte-americanas. Dois obstáculos, no entanto, os impediram. Um de ordem tecnológica e outro de ordem política. Segundo Ferraretto, as transmissões feitas por linhas telefônicas tinham baixa qualidade e, além disso, “a Comissão Técnica de Rádio, criada em 1932 pelo governo revolucionário, negara às Organizações Byington a concessão dos canais de ondas curtas, única maneira disponível na época para estruturar uma rede verdadeiramente nacional” (2000, p. 109). Outro exemplo importante de redes de rádio no Brasil, essa no campo político, ocorreu após a inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, “reuniu 104 emissoras de rádio do Estado para formar a ‘Rede da Legalidade’, pela qual convocava o povo a resistir contra a intervenção dos militares e pela posse de Jango” (CHAGAS, 2012: 41).

Quando os militares assumiram o poder em 1964, todas as atenções do governo no campo das telecomunicações se voltaram para a televisão. O rádio parou no tempo. A censura e a ameaça permanente de cassação do direito de funcionamento das emissoras que levantassem a voz contra o governo, foram armas amplamente utilizadas pelos militares Estado nessa época. Somente durante o mandato do presidente João Batista Figueiredo, na fase final do governo militar, é que novas concessões começaram a ser liberadas. Com a abertura política e a escolha do primeiro presidente civil, por eleição indireta, após 25 anos sob o regime militar, o país começa a se redemocratizar e, a partir da segunda metade da década de 1980, concessão de rádio vira moeda para compra de votos no Congresso e o mercado do rádio se aquece de repente com a instalação de centenas de novas emissoras, fruto de uma manobra do presidente José

⁷ Proprietária da indústria eletro-eletrônica Byington & Cia, depois absorvida pela Motorola, também controlava as rádios Cruzeiro do Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro, a Kosmos e a Clube do Brasil. (FERRARETTO, 2000).

Sarney, que assumiu o poder com a morte de Tancredo Neves. O que se viu foi uma distribuição sem precedentes de concessões de rádio para deputados, senadores e empresários ligados a eles, em troca do apoio à emenda que ampliava o mandato do presidente de quatro para cinco anos, Segundo BORIN (1991), foram mais outorgadas mais de 1.200 concessões comerciais.

Com essas novas emissoras espalhadas pelo país e o desenvolvimento das transmissões via satélite, herança dos governos militares, forma-se em 1989, a BandSat AM, comandada pela Rádio Bandeirantes de São Paulo, para transmissão diária do seu jornal *Primeira Hora* para dezenas de retransmissoras em todos os estados do país (FERRARETO, 2000). Depois outros grupos interessaram-se por esse segmento e conquistaram muitos radiodifusores com o apelo da economicidade: aderir a uma rede nacional de rádio é menos complicado e oneroso que gerir uma programação local. Do outro lado do balcão, a formação dessas redes começou a atrair investimento publicitário porque ofereciam uma cobertura nacional mais barata do que a da TV. A primeira empresa a investir nesse novo filão foi a *Rádio Transamérica-FM*, de São Paulo, que criou uma rede nacional de rádio interligando, via satélite, emissoras próprias e outras que se dispusessem a mudar de nome e se afiliar à rede (PRADO, 2000).

Em Natal, coube à *Rádio Cidade do Sol-FM* a adesão pioneira, em fevereiro de 1988, à Rede Cidade de Rádio, do sistema Jornal do Brasil. Depois outras redes desembarcaram em Natal: a sertaneja *Líder-FM* (hoje 104 FM), a sofisticada *Antena-1* (Nordeste-FM, hoje 98 FM) e as dedicadas ao público jovem *Transamérica* (102,9 FM hoje *Aleluia*, vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus), *Mix* (103,9 FM), *Jovem Pan* (89,9 FM) e a *Rádio Feliz-FM* (97,9 FM, antiga *Clube-FM*), vinculada à Comunidade Cristã Paz e Vida.

A partir da última década do século passado, o mercado das Ondas Médias (AM) de Natal se aqueceu com o arrendamento ou a venda de prefixos (por valores astronômicos) para igrejas (católicas e evangélicas de várias marcas) ou pela adesão de algumas emissoras às redes nacionais. O fato é que nenhuma das cinco emissoras de AM que operavam em Natal chegou ao novo século com a mesma programação. A *Rádio Nordeste* (900 KHz) foi vendida de portas fechadas à Igreja Assembléia de Deus, que transformou-a em *Nordeste Evangélica*. A *Emissora de Educação Rural* (1.090

KHz), vinculada à Arquidiocese de Natal, foi arrendada a grupos carismáticos e, depois, à rede *Canção Nova*, cuja programação é gerada por satélite desde Cachoeira Paulista, no interior de São Paulo.

As duas emissoras de maior audiência na cidade, ligadas aos dois principais grupos políticos do estado também aderiram ao satélite. A mais popular delas, a *Rádio Cabugi* (640 KHz), pertencente ao sistema Cabugi de comunicação e controlada pela família Alves⁸, optou pelo *Sistema Globo de Rádio* em maio de 2002 e passou a retransmitir a *Rádio Globo*, do Rio de Janeiro, sepultando uma tradição de décadas de produção própria, com destaque para a cobertura jornalística e esportiva, sempre sustentada por excelente audiência e retorno comercial. Já a *Rádio Tropical-AM* (1.190 KHz), que já sucedera a *Rádio Trairy*, adquirida pela família Maia⁹ em setembro de 1984, passou a retransmitir, a partir de 1º de março de 1996, a programação da Central Brasileira de Notícias (CBN), do Sistema Globo de Rádio (MEDEIROS, 2014). Em outubro de 2016, a *CBN Natal* tornou-se a primeira AM do Rio Grande do Norte – e uma das primeiras do Brasil – a migrar seu sinal para o FM.

A última a se filiar a uma rede nacional foi a já não tão gloriosa *Rádio Poti*, que depois de liderar a audiência, de sua criação em 1941 até o final da década de 1970, passou a sofrer com a decadência, em nível nacional, dos Diários Associados, conglomerado de mídia ao qual pertencia desde 1946. Já moribunda – chegou a operar com 0,5 kW – passou a viver de programas arrendados até sair do ar, em 2007. A frequência mais tradicional de Natal (1.270 kW) voltou a ser ocupada meses depois pela *Rádio Clube Natal*, afiliada de uma nova rede nacional, a Rede Clube Brasil de Rádio, formada com o que restou das emissoras pertencentes aos Diários Associados¹⁰. Gerida a partir de Brasília, pela *Rádio Clube Brasília* (ex-Rádio Planalto), a *Clube AM-Natal* passou a retransmitir, inicialmente, a programação local de outra emissora pertencente ao sistema, a *Clube FM* (97,9 FM), que foi instalada em 1º de dezembro de 2007. Seis anos depois, no domingo 1º de dezembro de 2016, a *Clube-FM* trocou o satélite da Rede

⁸ Jornal *Tribuna do Norte*, TV Cabugi Natal (Rede Globo), 104 FM de Parnamirim, Rádio Difusora de Mossoró e Cabugi do Seridó (Jardim do Seridó).

⁹ A Rede Tropical de Comunicação é formada pela TV Tropical (Record), MTV, Tropical-FM (hoje MIX-FM), em Natal e as rádios Libertadora (Mossoró), Curimataú (Nova Cruz), A Voz do Seridó (Caicó), Ouro Branco (Currais Novos), Centenário (Caraúbas), Cultura (Pau dos Ferros) e Salinas (Macau).

¹⁰ Em janeiro de 2015, a Canadá Investimentos, que controla Sistema Opinião de Comunicação, ligado ao conglomerado médico hospitalar HapVida, adquiriu 57,5% das ações da Rede Clube e passou a ser o principal controlador da rede. In: www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2015/01/19/noticias_jornaleconomia.3379154/hapvida-controla-holding-no-nordeste.shtml. Acesso em 12/12/2016.

Clube pelo da gospel *Feliz-FM SAT*, ligada à Comunidade Cristã Paz e Vida, que arrendara a emissora.

E se passaram 60 anos, desde o surgimento da primeira emissora de rádio de Natal – 40 anos da chegada da primeira FM – para a instalação da primeira emissora do chamado campo público em Natal, em março de 2001: a *Rádio Universitária* (88,9 FM), institucionalmente vinculada à Superintendência de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Depois chegaram a *Rádio Senado* (106,9 FM), em outubro de 2008 e a *Rádio Marinha* (101,1 FM), em fevereiro de 2013, fincando de forma definitiva a bandeira da radiodifusão pública na capital do Rio Grande do Norte.

Respeitável público

A radiodifusão pública no Brasil nasceu de um gesto extremo. Desgostoso com os rumos que a radiodifusão tomava no país, a partir das regras estabelecidas pelo decreto do presidente Getúlio Vargas, em 1932, que trouxe, entre outras novidades, a criação de um programa em rede nacional para divulgar as notícias do governo, a liberação da propaganda comercial pelas emissoras e a obrigação das sociedades e rádio clubes se modernizarem, tornando-se empresas, o pioneiro Edgar Roquete-Pinto (1884-1954) doou a sua *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* ao Ministério da Educação e Saúde, em setembro de 1936 (DUARTE, s/d). Em 1940, o mesmo Getúlio estatizou a *Rádio Nacional do Rio de Janeiro*, fundada em 1936 como Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional, do empresário Percival Farquhar (AZEVEDO s/d) e fez dela uma máquina poderosa de propaganda do Estado Novo.

Passados 80 anos daquele decreto que originou a radiodifusão comercial e a radiodifusão educativa no Brasil e, quase 30 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a idéia de radiodifusão pública entre nós, ainda não é fácil definir o que é público sob o prisma da radiodifusão brasileira (CURADO e DEL BIANCO, 2014). Talvez corrobore com isso a própria personalidade do Estado brasileiro, forjada a partir de Vargas, denominado por Eugenio Bucci de *Estado emissor*, que “proclama, enuncia e emite as mensagens”, mas “quanto a ouvir, escutar, receber reclamações da sociedade, nada feito. Aí, ele se fecha” e não consegue ir além de “uma comunicação unilateral, típica da propaganda mais conservadora, que monologa, sem se abrir ao diálogo” (2015, p.15-16).

Essa condição nata de emissor talvez explique o interesse demonstrado por vários poderes da República, a partir da segunda metade da década de 1990, de garantir espaço para se fazer ouvir por meio da instalação de emissoras de rádio que levem suas mensagens desses órgãos à sociedade, às custas do dinheiro do cidadão e acima do interesse público. A primeira dessas emissoras a se instalar foi a *Rádio Senado-FM* (91,7 FM), que começou a operar em janeiro de 1997. Aos poucos, os sinais da *Rádio Nacional AM* (980 KHz), da *Rádio MEC-AM* (800 KHz) e da *Nacional FM* (96,1 KHz), a primeira em Frequência Modulada a operar nos céus de Brasília, se juntaram a outras emissoras vinculadas ao Estado.

Depois do Legislativo, o Judiciário seguiu a mesma trilha instalou a sua *Rádio Justiça*, vinculada ao Supremo Tribunal Federal, em maio de 2004. No Poder Executivo, o Ministério da Defesa também investiu na instalação das rádios *Verde Oliva*, vinculada ao Exército Brasileiro, em junho de 2002 e a *Força Aérea* (91,1 FM), ligada à Aeronáutica, em abril de 2009 (HAESER, 2011). A *Rádio Marinha* chegou em 2011.

Pela ordem, Sr. Presidente!...

Primeira emissora pública desvinculada do Poder Executivo a entrar em operação, a *Rádio Senado-FM* foi criada durante a gestão do senador José Sarney na presidência do Senado Federal e passou a retransmitir seu sinal, via satélite, desde Brasília, para treze capitais¹¹ do Brasil, a partir de 2008, durante a gestão do senador potiguar Garibaldi Alves Filho na presidência da casa. Não foi à toa que a *Rádio Senado Natal* (106,9 FM) foi a primeira retransmissora da rede a entrar no ar.

Atualmente, a *Senado-FM* produz 24 horas diárias de programação própria destaque para a transmissão regular das reuniões das comissões, pela manhã e das sessões plenárias, no período da tarde. No intervalo dessa cobertura das atividades dos senadores, a emissora veicula música brasileira de excelente qualidade e programas em forma de noticiário, com entrevistas de senadores, notas e flashes dos repórteres que cobrem o dia-a-dia do Senado, além de spots e programetes que explicam as propostas de lei que estão sendo discutidas no parlamento ou vendem os serviços oferecidos pelo

¹¹ Segundo a Agência Senado, existem 16 outorgas concedidas ao Senado Federal pelo Ministério das Comunicações, mas apenas dez emissoras foram instaladas em Natal (RN), Cuiabá (2009); Fortaleza (2010), Rio Branco (2011), Teresina (2012), Manaus (2012), João Pessoa (2013), Macapá (2014) e São Luís (2014).

Senado ao cidadão.

Qual cisne branco...

O interesse da Marinha do Brasil pela radiodifusão se concretizou a partir de 2011 e nasceu com a missão de abrir “um caminho de divulgação das coisas do mar”¹². Curiosamente e, diferente de outras emissoras ligadas aos poderes da República, a *Rádio Marinha* não possui uma concessão para operar em Brasília. Toda sua programação é produzida pelo Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) e gerada, via satélite, desde um estúdio instalado na esplanada dos Ministério para cinco retransmissoras instaladas nas cidades de São Pedro da Aldeia (RJ), Corumbá (MS), Manaus (AM), Natal (RN) e Rio Grande (RS)¹³. Ao contrário de outras emissoras vinculadas ao Estado que se esmeram em disfarçar seu vínculo ou seu papel nas estratégias de comunicação de suas corporações, a *Rádio Marinha* assume publicamente seu objetivo: “difundir, junto à sociedade brasileira, o sentimento de patriotismo, a mentalidade em assuntos de defesa e o conceito de soberania em nossas Águas Jurisdicionais (...) e conquistar voluntários para a carreira naval”¹⁴.

A voz de um dono só

A exemplo do cabelereiro que reproduz o som da *Rádio Marinha* em seu salão ou do estudante em férias que desconhecia a *Rádio Senado* até chegar a Natal, muitos brasileiros desconhecem a existência das emissoras de públicas no dial de várias cidades do país. Nem que parte do dinheiro pago por seus impostos custeia o funcionamento das rádios do Senado e da Marinha, entre outras emissoras vinculadas à estrutura do Estado. Eles, também, talvez nem percebam ou se questionem sobre que interesses determinam o modelo de programação e a linha editorial de seus conteúdos ou orientam o funcionamento desse tipo de emissora.

A ausência de comerciais, percebida pelo cabeleleiro, é uma das poucas características percebidas pelo ouvinte que separam essas emissoras ditas públicas das vizinhas comerciais, com quem dividem o dial, já que no aspecto formal de suas estruturas de programação e no uso dos recursos da linguagem radiofônica, todas as emissoras são iguais. Exceção feita aos ouvintes de Brasília, que costumam ouvir as

¹² <https://www.marinha.mil.br/content/radio-marinha>

¹³ www.naval.com.br/blog/2013/02/15/inauguracao-da-radio-marinha-em-natal/. Acesso: 01.11.2014

¹⁴ <https://www.marinha.mil.br/radiomb>. Acesso: 01. 11.2014.

mesmas vozes ocupando os prefixos de rádios públicas e comerciais, porque muitos profissionais trabalham, simultaneamente, para emissoras dos dois campos, pelo Brasil a dentro, a maioria dos ouvintes não percebe esse detalhe.

Quanto às transmissões de suas programação por meio de satélites, observa-se que, se por um lado, esse modelo garante cobertura nacional e a unidade de discurso necessária aos interesses estratégicos das instituições às quais elas se vinculam, por outro, esse modelo verticalizado, não permite a veiculação em sua programação de produções locais ou de conteúdos gerados das praças onde a rede mantém suas emissoras e, portanto, não estabelece vínculos entre suas programações nacionais e seu público local, nem qualquer vinculação institucional com as cidades onde estão suas retransmissoras. No caso das rádios *Senado* e *Marinha*, a única referência que essas emissoras fazem durante suas transmissões às cidades em que elas podem ser ouvidas, é a citação do prefixo da emissora local, o registro da mensagem de algum ouvinte, no caso da Rádio Senado. Já a Rádio Marinha Natal vai um pouco além e veicula algumas notícias “gileteadas” dos jornais e gravadas por seu único locutor, o marinheiro Leonardo Félix, que as envia para Brasília.

Outra característica relevante a ser destacada nessa cartografia é a semelhança das rádios *Senado* e *Marinha* com as emissoras corporativas tradicionais, mantidas por empresas e marcas, a começar pelo uso do próprio nome da instituição como marca identitária da emissora. Outro detalhe que corrobora neste sentido é o critério editorial adotado na programação e no jornalismo dessas emissoras ditas públicas. Percebe-se que, tanto a *Senado-FM*, quanto a *Rádio Marinha*, seguem um modelo similar ao adotado pelas rádios corporativas, em que a informação veiculada está focada apenas e tão somente nos interesses da organização que lhe patrocina, com reflexo direto em sua política editorial, estruturada a partir dos valores organizacionais da empresa/instituição e na publicidade veiculada, cujo teor é predominantemente institucional (PRATA e MARTINS, 2015). Em outras palavras, como define Michele Bruch, produtora de conteúdo para várias emissoras corporativas no Brasil, citada por Nair Prata e Henrique Martins, “a rádio corporativa funciona a favor do cliente. Falamos só da empresa, de mais ninguém na emissora” (2011, p. 137). Assim também ocorre com as rádios Senado e Marinha. Nelas nada se noticia sobre as crises, os escândalos ou denúncias de irregularidades envolvendo senadores ou a instituição Senado, nem também se fala sobre desvios de conduta dos membros da Marinha do Brasil, mesmo que esses fatos e

temas tenham sido amplamente noticiados pela mídia.

Para se ter a dimensão da importância do viés corporativo entre os critérios de noticiabilidade adotados pela *Rádio Marinha*, por exemplo, a realização de um colônia de férias reunindo familiares de seus praças, em uma de suas unidades no Rio de Janeiro, tem a mesma relevância, do ponto de vista de espaço editorial, que uma operação conjunta envolvendo homens e equipamentos da Marinha do Brasil e das marinhas de outros países na costa brasileira. Esse comportamento só confirma a percepção de que “a história da mídia política brasileira, financiada com verbas governamentais, está repleta de distorções e de uso político das emissoras” (DETONI, 2015, p. 201). No caso da *Rádio Senado*, apenas como ilustração, não se ouvem críticas durante sua programação, nem contestações ou vozes discordantes sobre as condutas nem sempre republicanas de certos membros daquele poder. Nem tampouco dos ouvintes da emissora ou de outras vozes da sociedade organizada.

Pelas práticas adotadas por essas duas emissoras, constata-se que sua autodenominação de rádios públicas se desmancha no ar. Financiadas pelo dinheiro do cidadão contribuinte, elas atuam em flagrante desrespeito à sociedade que lhes financia, porque obedecem e agradam apenas aqueles que as transformaram em palanques ou serviços de alto-falante corporativos das instituições às quais se vinculam, confirmando a tese de Eugenio Bucci de que “a tal *comunicação pública* brasileira, de pública mesmo não tem quase nada” e sua meta é “dominar a opinião do público”, trabalhando “contra o espírito crítico do cidadão e, conseqüentemente, contra o melhor sentido desse adjetivo feminino, *pública*” (2015, p. 16-17). Ao sobrepor sua voz sobre as vozes de todos para nos dizer o tempo todo, como na canção de Chico Buarque de Hollanda, que “o que é bom para o dono é bom para vós”, elas tentam nos fazer acreditar que “o que é bom para o dono é bom para nós”... o que não é verdade.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Lia Calabre. *Rádio Nacional do Rio de Janeiro*. IN: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-nacional. Acesso em 15.05.2017.
- BARBOSA, Moacir. Panorama do rádio em Natal. In: PRATA, Nair (org.). **Panorama do rádio no Brasil**. Vol.1. Florianópolis: Insular, 2011, p. 325-335.
- BORIN, Jair. “Rádios e Tvs Crescem com o Festival de Concessões”. In Revista **Comunicação e Sociedade**, número 18, SBC/SP, Ed. IMS, dezembro 1991, p. 19 a 24.
- BUCCI, Eugênio. **O estado de Narciso: a comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- CHAGAS, Genira. **Rádiodifusão no Brasil: poder, política, prestígio e influência**. São Paulo: Atlas, 2012.
-

- DEL BIANCO, Nélia; ESCH, Carlos Eduardo e MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádiodifusão pública: um desafio conceitual na América Latina**. Estudos de Comunicação nº 12, 155-181. Dezembro de 2012.
- _____ e CURADO, Camila. **O Conceito de Rádiodifusão Pública na visão de pesquisadores brasileiros**. Foz do Iguaçu: INTERCOM, 2014. Disponível em www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0802-1.pdf. Acesso em 15.05.2017.
- DETONI, Márcia. **Mídia pública na sociedade da informação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2015.
- DUARTE, Adriana. *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*. In: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RADIO%20SOCIEDADE%20DO%20RIO%20DE%20JANEIRO.pdf> Acesso em 15.05.2017.
- FERRARETTO, Luiz Arthur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. Porto Alegre: DC-Luzatto, 2000.
- GOMES, Adriano e RODRIGUES, Edivânia Duarte. **Rádio e memória: as narrativas orais na reconstrução da história da Rádio Poti**. Natal: Editora da UFRN, 2016. In: <http://textbr.123dok.com/document/ozljmogy-radio-e-memoria-as-narrativas-orais-na-restituicao-da-historia-da-radio-poti.html>. Acesso em 10.06.2017.
- HAESER, Lucio. **Panorama do Rádio em Brasília**. In: PRATA, Nair (org.). **Panorama do Rádio no Brasil**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2011, p. 101-130.
- HALE, Julian. **La radio como arma política**. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.
- LEWIS, Peter M. e BOOTH, Jerry. **El médío invisible: radio pública, privada, comercial y comunitária**. Barcelona: Paidós, 1992.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MEDEIROS, Wellington. **Artigos para sempre**. João Pessoa: Moura Ramos Gráfica e Editora, 2014.
- MERAYO, Arturo. **La radio pública en Iberoamérica**. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/merayo-arturo-radio-publica-iberoamerica%20.pdf> Acesso em 15.12.2017.
- MOURA JUNIOR, Manoel Procópio. **Tributo aos conjuntos vocais do Rio Grande do Norte**. Parnamirim: Grafpar, 1998.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus Editorial, 1985.
- PEDROZA, Ciro José Peixoto. **Radiojornalismo de serviço em Natal: crônica de uma morte (ainda) não anunciada**. Campo Grande/MS: INTERCOM, 2001. In: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP6PEDROZA.pdf>
- PRADO, Magaly. **História do rádio no Brasil**. São Paulo: Editora Da Boa Prosa, 2012.
- PRATA, Nair e MARTINS, Henrique Cordeiro. **Rádio corporativa: a segmentação sob encomenda como modelo de negócio**. GP Rádio e Mídia Sonora. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, 2015.
- _____ - “A web-rádio como business”. **Comunicação e Sociedade**. Vol. 20, 2011, p. 129-140.
- SARAIVA, Gumercindo. **História da radiofonia no Rio G. Do Norte (1)**. Revista da Academia Norte-rio-grandense de Letras. Natal, V. 30 n. 18, jan/dez. 1983. p. 135-140.
- SEVERO NETO, Augusto. **De líricos e loucos (histórias nuas e isentas)**. Natal: Clima, 1980.
- STRAUBHAAR, Joseph e LAROSE, Robert. **Comunicação, mídia e tecnologia**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

Discografia

- HOLLANDA, Chico Buarque de. **O dono da voz**. Almanaque. Rio de Janeiro: Universal Music, 1981. 1 LP.

Entrevistas

FÉLIX, Leonardo. Entrevista ao autor. Natal, junho de 2017.

FONTES, Abiss. Entrevista ao autor. Natal, janeiro de 2017.

MACHADO, Franklin, Entrevista ao autor. Natal, março de 2017.

PEIXOTO, Ciro. Entrevista ao autor. Nata, janeiro de 2017.
